

Aula 00

*CBM-AM (Oficial e Soldado) História e
Geografia do Brasil e do Amazonas*

Autor:
Sergio Henrique

22 de Dezembro de 2022

SUMÁRIO

00. Bate-Papo Inicial.....	2
1. Organização do Espaço Amazonense: Posição geográfica	2
1.1. <i>A Região Norte</i>	3
1.2. <i>Posição Geográfica do Estado Amazonas</i>	4
1.3. <i>Regionalização do Estado do Amazonas: Mesorregiões e Microrregiões</i>	4
1.4. <i>Amazônia Internacional e Legal</i>	7
1.4.1. <i>PanAmazônia</i>	8
1.4.2. <i>Amazônia Legal.....</i>	8
2. Aspectos Geopolíticos e Planos de Desenvolvimento Regional	12
2.1. <i>SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.....</i>	12
2.2. <i>SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus</i>	13
2.3. <i>POLAMAZÔNIA: Programa de Polos Agrominerais da Amazônia</i>	13
2.4. <i>PIN - Programa de Integração Nacional</i>	15
2.5. <i>Projeto Amazônia Sustentável.....</i>	16
2.6. <i>RADAM - Radar Amazônia.....</i>	17
2.7. <i>Programa Calha Norte</i>	18
2.8. <i>Projeto SIVAM - Sistema Interno de Vigilância da Amazônia</i>	20
2.9. <i>Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2020-2023</i>	21
3. Aspectos Geopolíticos e Estratégicos da Amazônia Atual.....	24
4. Orientações de Estudos (Checklist) e Pontos a Destacar	26
5. Questionário de Revisão	28
<i>Questionário - Somente Perguntas.....</i>	28
<i>Questionário - Perguntas e Respostas.....</i>	28
6. Exercícios	31
7. Considerações Finais	55



00. BATE-PAPO INICIAL

Olá, pessoal! Sou o professor Sérgio Henrique, historiador bacharelado e licenciado pela Universidade Estadual Paulista, Unesp, professor de Geografia e Atualidades, pela carreira no ensino público e privado.

Há quinze anos sou dedicado a missão de ensinar. A área é ampla e se mistura bastante, por isso atuo um pouco em cada disciplina, pela realidade do ensino, que é bem diferente da realidade da pesquisa. Atuei por dez anos na rede pública estadual de ensino de São Paulo e de Minas Gerais, oito deles no reputado colégio Tiradentes da Polícia Militar.

Atuei neste tempo todo nos tablados dos grandes cursinhos presenciais do país e fui professor nas escolas das grandes redes de ensino presencial da Região Sul e Sudeste país, tais como Poliedro, Objetivo e Positivo, por exemplo. Preparatórios para exames de alto nível e que exigem alto desempenho. Não é uma tarefa fácil, mas cumpro os desafios com um prazer tão legítimo. Se já assistiu minhas aulas, já deve ter percebido a empolgação que leciono cada uma delas.

Desde dois mil e dezesseis pertenço à seleta equipe Estratégia Concursos, e já preparei cursos para quase todos os exames do país, que exigem minhas disciplinas. E haja concursos! Sou professor dos tópicos sobre Conhecimentos Regionais e Atualidades, por isso tenho tanta caminhada na preparação, e materiais feitos, sobre quase todos os estados do Brasil. Conte com minha experiência em História, Geografia e Conhecimentos Regionais. Talvez já nos encontramos em momentos anteriores. Caso seja verdade, mande um recado através do fórum, pois é um grande prazer participar de sua jornada. Pode também entrar em contato através do Instagram.



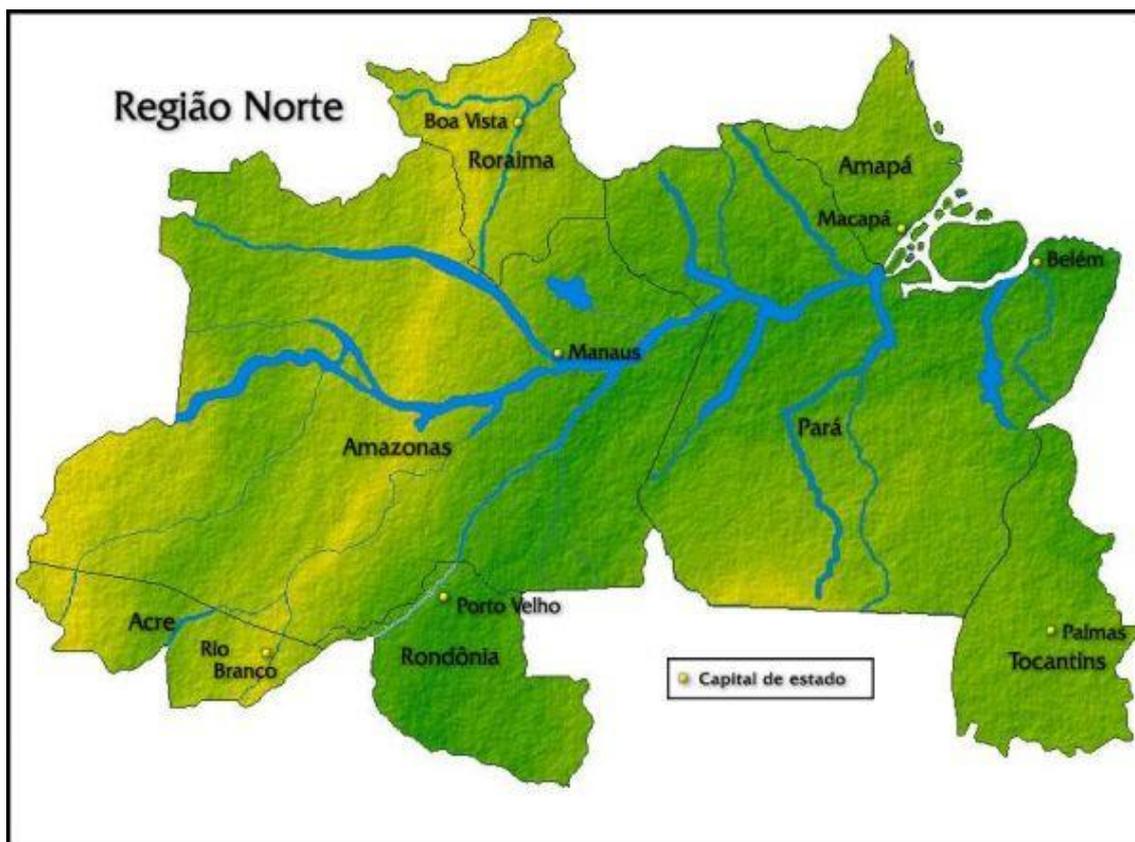
[@professorsergiohenrique](https://www.instagram.com/professorsergiohenrique)

Aproveite e me siga, pois assim teremos também um canal informal de comunicação que é importante. Nesse tempo participei da evolução dos serviços e das tecnologias educacionais feitos pela Estratégia Educacional. Participei do desenvolvimento dos cursos pilotos do Estratégia Enem e Estratégia Militares. Hoje minha dedicação é para os concursos.



1. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZONENSE: POSIÇÃO GEOGRÁFICA

1.1. A REGIÃO NORTE



A Região Norte é conhecida por ser a maior do Brasil em extensão territorial, e é também a que possui a menor concentração populacional. Formada por sete estados – **Amazonas (AM)**, **Pará (PA)**, **Acre (AC)**, **Roraima (RR)**, **Rondônia (RO)**, **Amapá (AP)** e **Tocantins (TO)** –, a região abriga a imensa Floresta Amazônica e possui a maior biodiversidade do planeta, com uma extensa fauna e flora. Ela também é dona da maior bacia hidrográfica das Américas e do maior rio do mundo – o Rio Amazonas.

Uma característica da população dessa região é a concentração de pessoas nas margens dos rios, as quais sobrevivem da pesca. Além desses ribeirinhos – nome que essas pessoas recebem –, a região é habitada por comunidades indígenas, caboclas, extrativistas e negras, remanescentes de quilombos, e pelas populações que vivem nas cidades.



1.2. POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO AMAZONAS

Conforme visto anteriormente, o estado está localizado na Região Norte do Brasil, fazendo divisas com os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Roraima. Além disso, tem limites com outros países, como a Venezuela ao norte, a Colômbia a noroeste e o Peru a sudoeste. É o maior Estado do Brasil, ocupando mais de 18% da superfície do país, e seu território está distribuído pelo Planalto das Guianas (ao norte) e pelas encostas do Planalto Brasileiro (ao sul).

Com área territorial de 1.559.167,878km² em 2020 e uma população estimada em 2021 de 4.269.995 habitantes; o estado possui baixa densidade demográfica, correspondendo a 2,23 hab./km² (IBGE, 2010).

O nome "Amazonas" é de origem indígena, da palavra amassunu, que quer dizer "ruído de águas, água que retumba". Foi originalmente dado ao rio que banha o Estado pelo capitão espanhol Francisco Orelhana, quando, ao descê-lo em todo o comprimento em 1541, a certa altura encontrou uma tribo de índias guerreiras, com a qual lutou. Associando-se às Amazonas do Termodonte, deu-lhes o mesmo nome.

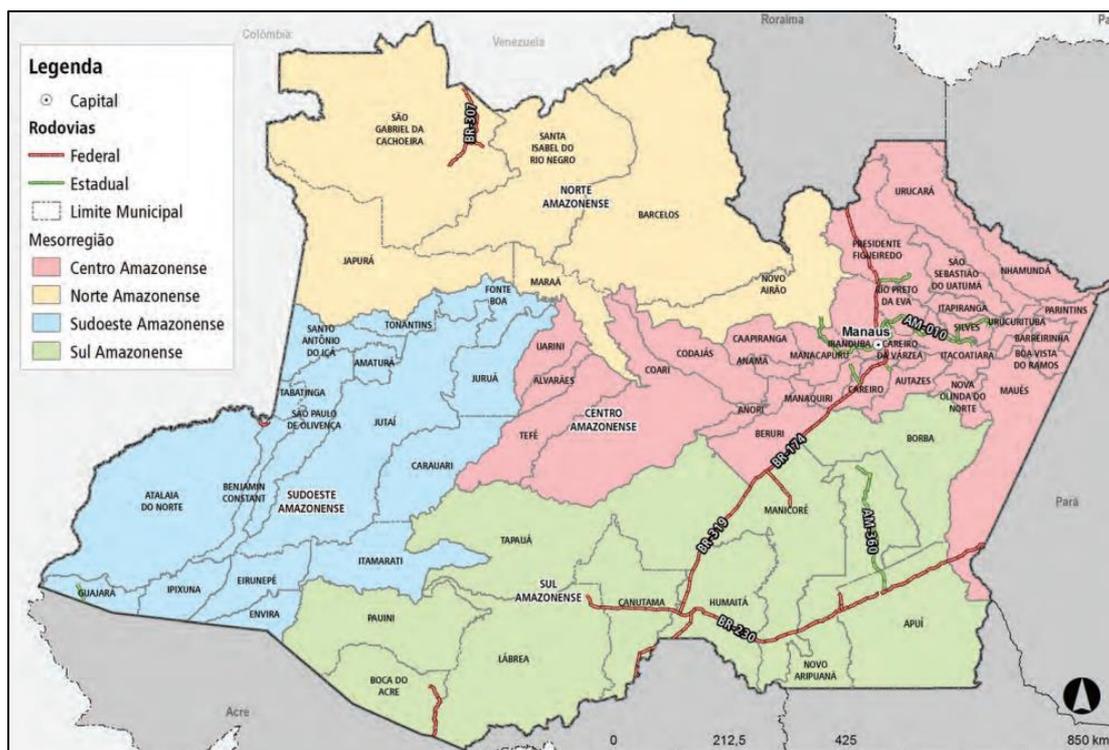
1.3. REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS: MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES

Com relação às mesorregiões e microrregiões vigentes de 1989 até 2017, o estado contava com 4 mesorregiões e 13 microrregiões, observe:

<i>Mesorregião</i>	<i>Microrregião</i>
<i>Norte Amazonense</i>	Barcellos
	Japurá
<i>Sudoeste Amazonense</i>	Alto Solimões
	Juruá
<i>Centro Amazonense</i>	Tefé
	Coari
	Manaus
	Rio Preto da Eva
	Itacoatiara
	Parintins



<i>Sul Amazonense</i>	Boca do Acre
	Purus
	Madeira

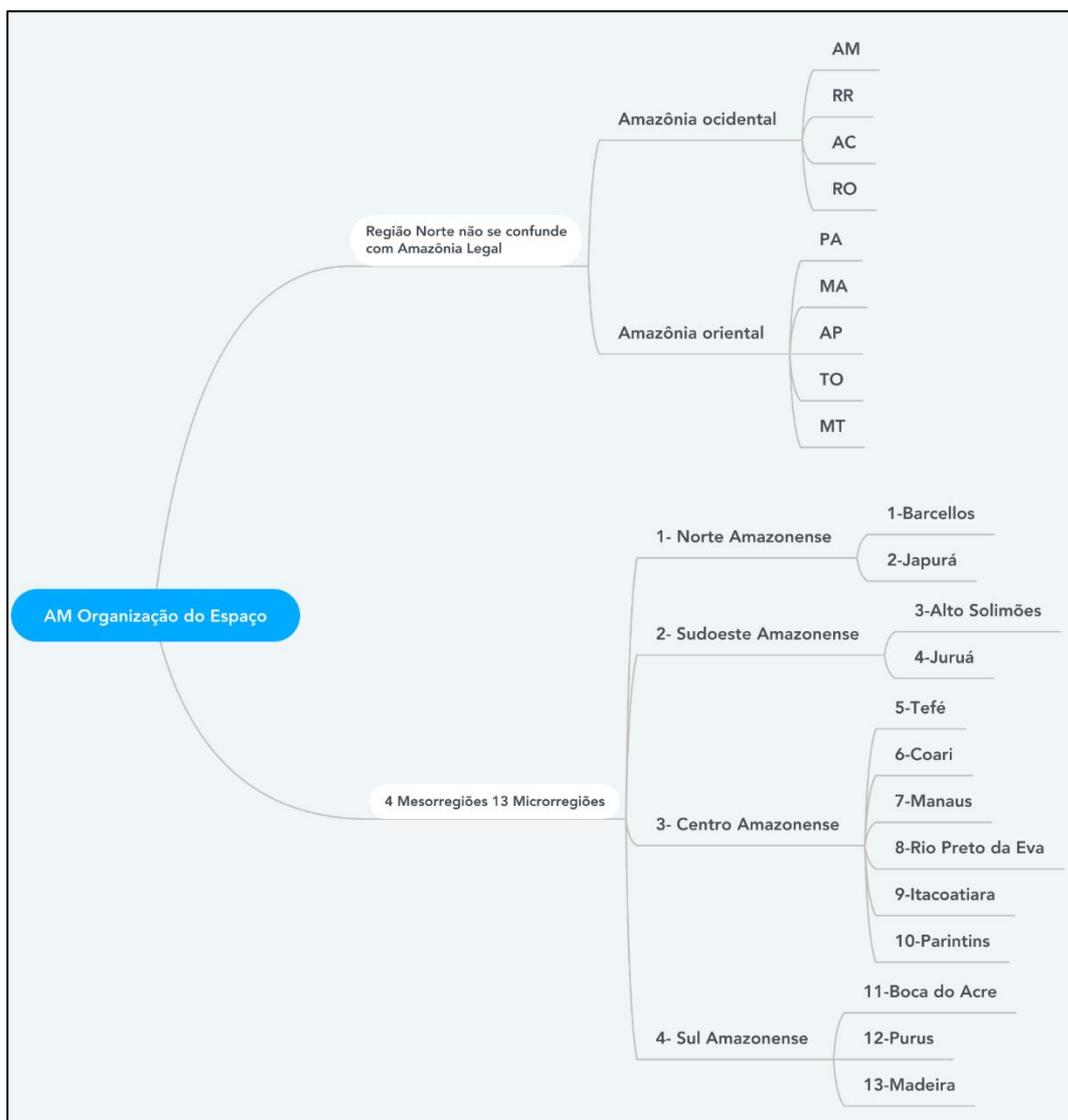


Atualmente, o IBGE adota uma nova forma de regionalização, que não invalida a primeira, das mesorregiões, que inclusive caem mais. Esta nova regionalização é baseada no estudo das Regiões de Influência das Cidades, divididas em regiões intermediárias e regiões imediatas. O Amazonas é composto por 62 municípios, que estão distribuídos em onze regiões geográficas imediatas, que por sua vez estão agrupadas em quatro regiões geográficas intermediárias, segundo a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vigente desde 2017. Atualmente, o estado possui as seguintes divisões:

<i>Região Geográfica Intermediária</i>	<i>Regiões Geográficas Imediatas</i>
<i>Manaus</i>	Manaus
	São Gabriel da Cachoeira
	Coari



	Manacapuru
<i>Tefé</i>	Tefé
	Tabatinga
	Eirunepé
<i>Lábrea</i>	Lábrea
	Manicoré
<i>Parintins</i>	Parintins
	Itacoatiara



1.4. AMAZÔNIA INTERNACIONAL E LEGAL

Observe atentamente o mapa abaixo para podermos separar três conceitos fundamentais e que não se confundem: Região Norte, Amazônia Internacional e Legal.



A Região Norte é uma macrorregião administrativa do IBGE, e os seus limites correspondem aos limites dos estados que a compõe. A Amazônia é uma floresta internacional, ou seja, se espalha pelo território de vários países: em sentido horário, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (território descontínuo da França). A Amazônia Legal é a região do domínio amazônico em território brasileiro e **não coincide com os limites estaduais**.



TOME
NOTA

A Amazônia Ocidental são os Estados do AM, RR, AC e RO; e a Amazônia Oriental, o PA, AP, TO e MT.

1.4.1. PanAmazônia

Denomina-se PanAmazônia a região natural, ecologicamente semelhante, situada ao norte do continente sul-americano, formada pela bacia do rio Amazonas, constituindo um grande losango verde que, na largura, vai da pequena cidade peruana de Pongo Manseriche até o norte do Maranhão, e na altura, vai do delta do Orinoco, na Venezuela, ao norte de Mato Grosso, no curso médio do rio Juruena. Esta região abrange parte do território de nove países tributários da bacia amazônica: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

A PanAmazônia pode ser dividida em quatro regiões naturais: região do Caribe; região do interior; região do Pacífico e região do Atlântico. Ocupando uma superfície de 7,7 milhões de quilômetros quadrados, a PanAmazônia representa: a vigésima parte da superfície terrestre; 2/5 da América do Sul; 1/5 da disponibilidade mundial de água doce (líquida e superficial); 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, estendendo-se por três fusos horários. Em contraste, esta imensidão de terras, águas e florestas abriga apenas dois e meio milésimos da população mundial.

1.4.2. Amazônia Legal

A divisão político-econômica **Amazônia Legal** Brasileira abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão (porção a oeste do Meridiano 44º), estendendo-se por 5.032.925 milhões de km², o equivalente a 61% do território nacional (SUDAM, 2013).

A Amazônia Legal possui 45% do território composto por Áreas Protegidas. Estas áreas distribuem-se em Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável com aproximadamente 11%, Proteção Integral com 8%, Terras Indígenas (TI) com 23%, Áreas de Proteção Ambiental (APA) com 3% e Terras Quilombolas (TQ) com apenas 0,2% da área da região. Em seguida, as áreas com Cadastro Ambiental Rural (26%), os assentamentos rurais (8%), as áreas militares (1%) e outras áreas(20%) completam o território da região.

Com relação à distribuição da população entre zonas urbana e rural, a proporção de pessoas vivendo nas cidades amazônicas chega a 72%, percentual menor que a média brasileira que é de 85% (SUDAM, 2018). Mesmo assim, na Amazônia, 19,9 milhões de pessoas vivem nas cidades, o que reforça o adjetivo de floresta urbanizada aplicado à Região (BECKER, 2009).

Veja que interessante a questão a seguir:

(FGV 2018 – Auditor fiscal de Tributos Estaduais RO)

Os mapas a seguir apresentam diferentes formas de representação do espaço amazônico.



Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Assinale a opção que identifica, de cima para baixo, os espaços que os mapas 1, 2 e 3 se referem.

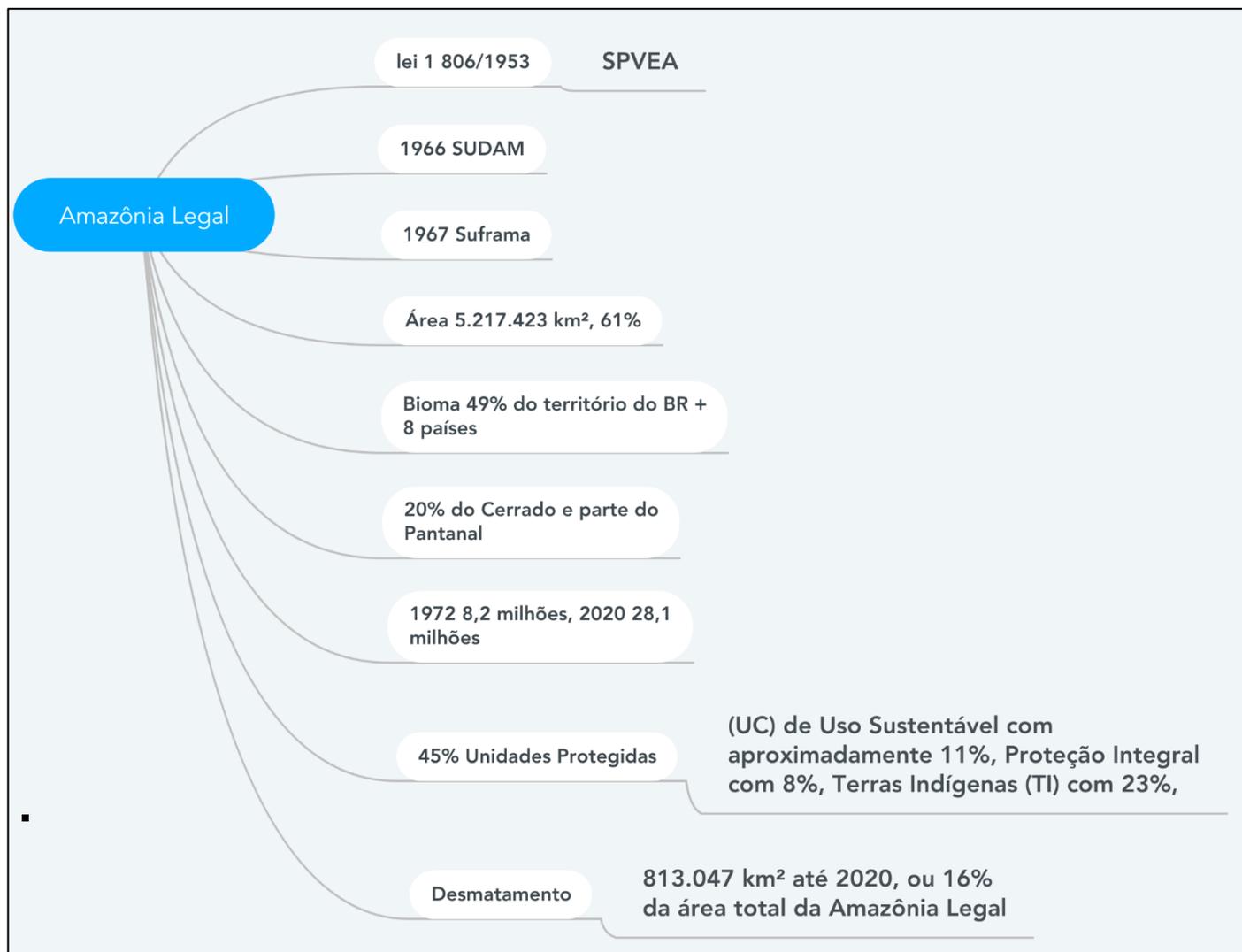
- A) Amazônia Legal, Amazônia Internacional e Região Norte.
- B) Amazônia Brasileira, Região Norte e Amazônia Ocidental.
- C) Bioma Amazônia, Amazônia Internacional e Amazônia Legal.
- D) Região Norte, Bioma Amazônia e Amazônia Legal.
- E) Amazônia Brasileira, Bioma Amazônia e Amazônia Ocidental.

Comentários

- 1- Amazônia Legal, o bioma em território brasileiro que ocupa a totalidade da Região Norte e parte do Mato Grosso e Maranhão.
- 2- Mostra toda a superfície do bioma amazônico em vários países da América do Sul e representa a Amazônia Internacional.
- 3 - Mostra os limites dos estados da Região Norte.

Gabarito: A





Roraima, Amapá e Tocantins tornaram-se estados a partir de 1988, com a nova Constituição promulgada. Roraima e Amapá foram transformados em estados a partir de territórios federais já existentes desde a década de 1940, na Era Vargas. Tocantins foi incorporado a partir do desmembramento do norte do estado de Goiás e incorporado à Região Norte.

A Região Norte possui a maior taxa de crescimento da população no país e também se expande economicamente. Este desenvolvimento ocorre pelo aumento da pecuária extensiva, pelo avanço do agronegócio, pelas ações ilegais de madeireiros e grileiros e em razão de pressões urbanas para obras de infraestrutura, como grandes usinas hidrelétricas, que são obras de grande impacto ecológico. O sucesso das plantações de soja no Centro-Oeste abriu fronteiras agrícolas em direção à Região Norte, o que potencializa o desmatamento. O estímulo a atividades que não comprometam a floresta, como as indústrias da Zona Franca de Manaus e a exploração do ecoturismo, além da criação de parques florestais e de reservas indígenas, tem conseguido impedir desastre maior para a biodiversidade e comunidades tradicionais. Apesar de o Sistema de Vigilância



da Amazônia (Sivam) monitorar toda a região, faltam ações capazes de coibir o desmatamento ilegal em área tão extensa.

O Ministério do Meio Ambiente estima que em torno de 75% da área desmatada seja ocupada pela criação de gado, que ocupa uma área muito maior do que a agricultura, pois os animais são criados de forma extensiva. De acordo com a Embrapa, as áreas com mais de 80% de desmatamento são justamente as que apresentam a maior concentração de rebanho. O desenvolvimento de espécies de sementes de soja, adaptáveis ao ambiente, também possibilitou o aumento das lavouras em área desmatada. O corte de árvores nobres, de grande valor comercial, atrai madeireiros. De acordo com a organização ambientalista Greenpeace, em torno de 80% da retirada de madeira é ilegal e realizada em terras públicas ou sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

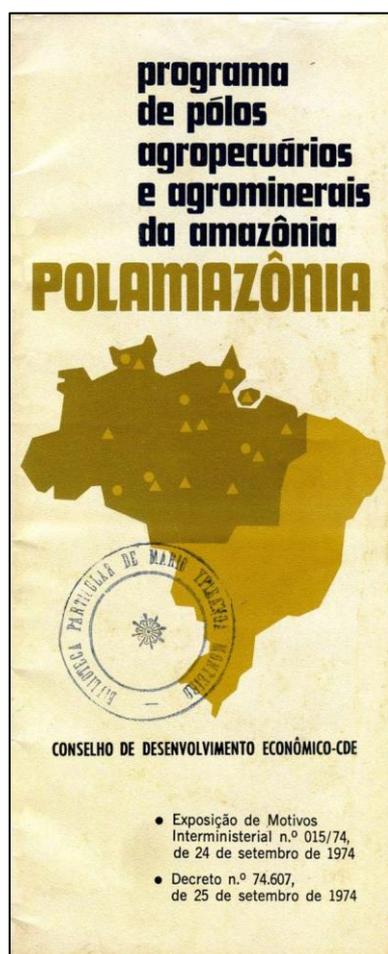
Veremos nas aulas adiante os dados atualizados a respeito do desmatamento recorde em 2021 na região.



2. ASPECTOS GEOPOLÍTICOS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento e povoamento da Região Norte foram predominantemente motivados pela intervenção estatal. Desde a década de 1940, Getúlio Vargas passou a criar políticas de povoamento e a criação de territórios federais na nossa fronteira. O contexto internacional era o da Segunda Guerra Mundial e o objetivo era estimular o povoamento e proteger as fronteiras, pois a ameaça internacional na Amazônia era concreta. A maior intervenção foi durante os governos militares, quando foram feitas políticas de incentivo à imigração para a Região Norte, a construção de obras “faraônicas” como a Transamazônica e os projetos de extração mineral.

2.1. SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA



Foi criada em 1966 para substituir o órgão SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de 1953). O objetivo é **planejar, coordenar, controlar e executar planos federais** para a região amazônica. Era sua competência criar infraestrutura de transportes e energia, entre outras obras necessárias à dinamização econômica da região.

Em 2007, foi criada a nova Sudam pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O Decreto N° 6.218, de 4 de outubro de 2007, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e suas Funções Gratificadas. A Sudam passou a ser uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), tendo como missão institucional promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal.

Para mais informações a respeito da Sudam, acesse o QR Code ao lado.



2.2. SUFRAMA – SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

O Órgão foi criado em 1967 e sua ação é limitada à região de Manaus. Oferece **estímulos locacionais** como isenção de impostos, oferta de infraestrutura logística e financiamentos, além do desenvolvimento de atividades econômicas na região em destaque: a indústria de eletroeletrônicos, produção de celulares, computadores, naval, motocicletas e bicicletas. A capital do Amazonas tornou-se, em uma década, um polo industrial e comercial. Sua população cresceu espantosamente, o que provocou sérios problemas ligados à pobreza e ao saneamento básico. Apesar de recentes cortes nos subsídios dos projetos na Amazônia, o único que não sofreu perdas foi a Suframa, pois o fim dos subsídios e vantagens fiscais poderiam imediatamente provocar saída de investimentos externos.

2.3. POLAMAZÔNIA: PROGRAMA DE POLOS AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA

A função do programa é promover o **aproveitamento integrado** das potencialidades econômicas minerais, agroindustriais e florestais em áreas como Carajás, Trombetas, Pré-Amazônia, Amazônia, Acre, Juruá, Solimões, Roraima, Amapá, Marajó e Médio Amazonas.





LEITURA OBRIGATÓRIA

O Programa Polamazônia de 1974 a 1980

No cume do período do "milagre econômico" brasileiro, a mentalidade predominante do Eldorado envolveu a exploração econômica setorial e a quase ilimitada distribuição territorial da periferia da Amazônia. O setor operacional, permitindo as atividades de *business* privado, aumentou enormemente, tornando-se com isso o novo foco central da estratégia de desenvolvimento. A explicação oficial para essa decisão foi a primeira crise do preço do petróleo, forçando o governo a cancelar investimentos por causa das sérias consequências financeiras das dispendiosas importações de petróleo.

Nessa segunda fase, as estratégias de planejamento regional na Amazônia foram concentradas no conceito de polos de crescimento, tema discutido na América Latina desde meados dos anos 1960. Os polos de desenvolvimento previstos no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-79) foram baseados em pontos focais setoriais separados como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial.

Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas, investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos. Os tradicionais fazendeiros de gado no Brasil trabalharam como subcontratados em grande escala. As fazendas de gado — a área máxima oficial era de 60 mil hectares, mas na realidade havia ainda as fazendas da Volkswagen do Brasil, com 140 mil hectares, ou a da multinacional Liquigas Group, com 566 mil hectares, e muitas outras mais — foram responsáveis pela enorme destruição das florestas tropicais, principalmente nas regiões do sudeste e do leste do estado do Pará e na parte norte do Mato Grosso. Em meados dos anos 1980, os projetos oficiais de fazendas de criação de gado ocupavam quase que 9 milhões de hectares. De um total de 350 mil km² de terra adquiridos pelas fazendas de gado, uma área florestal de cerca de 140 mil km² foi destruída (Kohlhepp, 1987a).

A rápida expansão de desmatamento por queimada em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, encrostamento da superfície e distúrbios no balanço de águas. Além disso, a especulação de terra causou sérios problemas e conflitos violentos entre as populações indígenas e posseiros. Por causa da rápida degradação de pastos, a criação



de gado tornou-se atividade econômica sem lucro, fazendo com que as manadas diminuíssem consideravelmente nos anos posteriores. O cancelamento de incentivos fiscais, anos mais tarde, acabou com novas iniciativas de pecuária.

A exploração de recursos minerais foi um dos objetivos centrais dos programas de desenvolvimento da Amazônia. Muitas licenças de exploração de jazidas de grande extensão foram cedidas a empresas nacionais e internacionais. Depois que os minérios manganês e cassiterita começaram a ser explorados no Amapá e em Rondônia a partir de meados dos anos 1950 e 1960, as novas descobertas de enormes jazidas de minério de ferro na serra dos Carajás, de bauxita no rio Trombetas e também de ouro e diamantes revelaram a riqueza de recursos minerais da Amazônia, sendo iniciados grandes projetos na região, nos anos 1980.

No Programa Polamazônia, o conceito dos polos de crescimento foi mal interpretado e o resultado não foi a "concentração descentralizada" de desenvolvimento, mas sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intrarregional. A periferia tornou-se mais dependente do centro, em nível nacional e internacional. Em vez de pólos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente (Kohlhepp, 1997). Modernização conservadora "de cima", exercida pelos governos militares que incorporavam o setor privado às elites regionais e nacionais por incentivos fiscais, tinha que manter a aparência democrática de modo a não colocar em perigo créditos internacionais.

A administração militar via o seu desempenho como líder, como único protagonista capaz de realizar modernização através de planejamento racional (Becker/Eger, 1992) e o componente regional era, muitas vezes, tratado de maneira superficial.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004. Acesso em 28 dez. 2021.

2.4. PIN - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

É um programa de 1970 cuja função era dotar alguns municípios cortados pela Transamazônica de infraestrutura necessária à expansão econômica regional. Numa primeira etapa, o PIN pretendia acionar junto ao Ministério dos Transportes o início imediato da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais com seus respectivos equipamentos. Na área do Ministério da Agricultura, o programa visava à colonização e à reforma agrária, prevendo para tanto a elaboração e a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais. A proposta era baseada na utilização de mão de obra nordestina liberada pelas grandes secas de 1969 e 1970 e na noção de vazios demográficos amazônicos. São cunhados aqui os lemas "integrar para não entregar" e "terra sem homens para homens sem terras". O programa fracassou principalmente por falta de capital.



Acabou por permitir uma ocupação descontrolada da Amazônia, pois iniciou os traçados de várias estradas inconclusas.

A abertura da Transamazônica teve início em setembro de 1970. O trecho entre Estreito e Itaituba (PA) foi entregue à circulação em 27 de setembro de 1972, e o trecho entre Itaituba e Humaitá (AM) foi inaugurado em 30 de janeiro de 1974. A construção dessa rodovia através da bacia Amazônica teria sido determinada por duas razões distintas e complementares: de um lado, uma preocupação geopolítica com os “vazios territoriais e demográficos” e, de outro, o excesso de população pobre do Nordeste.

2.5. PROJETO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

O **Plano Amazônia Sustentável (PAS)** propõe um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. Lançado em maio de 2008, pelo presidente Lula, o plano foi elaborado sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. Sua elaboração envolveu a participação dos governos dos nove estados da região amazônica e expressivos segmentos da sociedade civil por meio das consultas públicas que mobilizaram seis mil pessoas na região. Atualmente coordenado pela **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**, o PAS apresenta como **principais diretrizes**:

- ✓ Valorizar a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia;
- ✓ Ampliar a presença do Estado na Amazônia para garantir maior governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva;
- ✓ Promover a cooperação e gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo - federal, estadual e municipal;
- ✓ Ampliar a Infraestrutura regional – energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes – saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública;
- ✓ Assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, condição para a reprodução social e a integridade cultural das populações ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, entre outros;
- ✓ Combater o desmatamento ilegal associado à transformação da estrutura produtiva regional, coibindo a replicação do padrão extensivo de uso do solo das atividades



agropecuárias, predominantemente na fronteira de expansão da Amazônia nas últimas décadas;

- ✓ Promover a utilização de áreas já desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas – conjuntamente com o fomento ao uso múltiplo das florestas em bases sustentáveis, a partir da aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e a capacitação de atores locais;
- ✓ Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;
- ✓ Promover o desenvolvimento da região com equidade e atenção às questões de gênero, geração, raça e etnia;
- ✓ Fomentar o diálogo, a negociação e a formação de consensos entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas;
- ✓ Fortalecer e empoderar a sociedade civil, para que o avanço da presença do Estado na região aconteça em sinergia com o seu engajamento.

Dentre as políticas e ações em andamento na região sob orientação das diretrizes estratégicas do PAS, destacam-se:

- ✓ Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163;
- ✓ Operações de combate aos desmatamentos ilegais e à grilagem de terras públicas na Amazônia, implementadas no âmbito do Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM);
- ✓ Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó (PA);
- ✓ Criação do mosaico de unidades de conservação no entorno da BR-163 e Terra do Meio;
- ✓ Ações que integram o recém-lançado Programa Território da Cidadania.

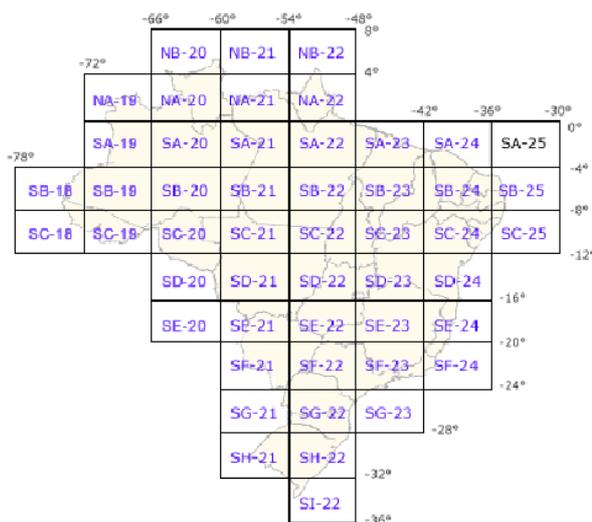
Fonte: <https://antigo.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-amaz%C3%B4nia-sustent%C3%A1vel-pas.html>. Acesso em 28 dez. 2021.

2.6. RADAM - RADAR AMAZÔNIA

Em outubro de 1970, criou-se o Projeto Radam - Radar na Amazônia, priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas



adjacentes da Região Nordeste. Devido aos bons resultados do projeto, em julho de 1975 o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando ao mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL.



2.7. PROGRAMA CALHA NORTE

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985 diante da preocupação dos militares sobre a defesa da Amazônia. Este projeto amplo de defesa do Governo Federal envolve as forças armadas, estados, municípios e sociedade civil.

Atuando desde 1999 sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. Segundo o site do Ministério, atualmente o programa abrange 442 municípios, distribuídos em dez estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, correspondendo a uma área de 70,30% do território nacional.





LEITURA OBRIGATÓRIA

O desenvolvimento regional da área de atuação do Programa Calha Norte configura-se como importante diretriz da Política Nacional de Defesa. Apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, a região ainda se apresenta como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos e pelo isolamento social, assim como por problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania.

Ações

O Programa atua em duas vertentes denominadas: vertente militar e vertente civil. Com relação à vertente militar, o PCN executa suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários diretamente para os Comandos das Forças Armadas, visando à implantação, adequação e ampliação de unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na região.

Na vertente civil, o Programa executa suas ações mediante a transferência voluntária de recursos orçamentários, previstos em LOA, provenientes de emendas parlamentares,

por meio de convênios firmados entre o Ministério da Defesa e os Estados e Municípios abrangidos pelo Programa, para atendimento a projetos de infraestrutura básica, complementar e aquisição de equipamentos.

Participação das Forças Armadas no Calha Norte

O Programa Calha Norte prevê, em suas ações, a implantação de unidades militares na sua área de atuação. A missão desses efetivos é atuar de forma direta na manutenção da soberania nacional, inibindo a proliferação de ações ilícitas e servindo de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da área.

Fonte: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte. Acesso em 28 dez. 2021.

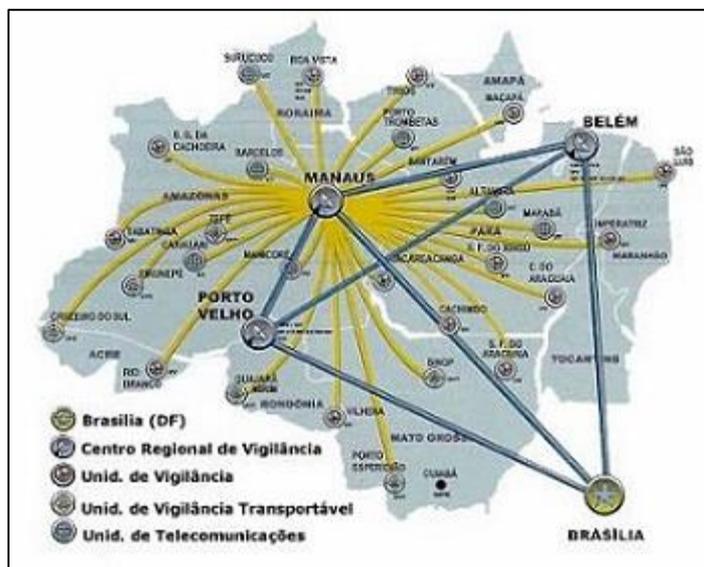
2.8. PROJETO SIVAM - SISTEMA INTERNO DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA

O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) é a infraestrutura técnica e operacional de um programa de abrangência multiministerial, o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), sendo considerado seu principal instrumento na proteção e defesa da soberania nacional na Amazônia. Ambos os sistemas visam proteger toda a área da Amazônia Legal, buscando promover um desenvolvimento sustentável para a região e seus habitantes.

Dentre as principais instituições governamentais que, teoricamente podem ser beneficiadas com o Sipam/Sivam, encontram-se:

- ✓ Agência Nacional de Águas (ANA);
- ✓ Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- ✓ Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- ✓ Comissão de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM);
- ✓ Comando da Aeronáutica (CAer);
- ✓ Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- ✓ Departamento de Polícia Federal (DPF);
- ✓ Exército Brasileiro (EB);
- ✓ Fundação Nacional do Índio (Funai);
- ✓ Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- ✓ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- ✓ Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet);
- ✓ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);
- ✓ Marinha do Brasil (MB).





2.9. PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – PRDA 2020-2023

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, elaborado para o período de 2020-2023, conforme a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, é um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio da **geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional.**

Fruto da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, instituições públicas e sociedade civil, mediante Consulta Pública, o PRDA 2020-2023 busca ser um catalizador em todas as esferas do poder público, dos agentes políticos e da sociedade civil organizada, compartilhando responsabilidades e recursos financeiros, além de organizar em torno de si, iniciativas de programas de diversos setores produtivos de forma transversal (BRASIL, 2020).

O Ministério do Desenvolvimento Regional e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia criou dentro do Plano uma carteira de projetos prioritários ao PRDA 2020-2023 para cada estado. Para o estado do Amazonas, possui 40 ações:

- 1 - Realização de obras de recuperação e pavimentação asfáltica da BR 319, no trecho entre o km 177,8 e o km 655,7, com foco no desenvolvimento regional sustentável da Amazônia Legal;
- 2 - Realização de obras de recuperação e pavimentação asfáltica da BR 307 na estrada que interliga os Municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte;
- 3 - Realização de obras de recuperação e pavimentação asfáltica da Estrada Zona Franca ZF-7 no distrito agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa;
- 4 - Implementação de ações estratégicas intergovernamentais para implantação de infraestrutura no Distrito Agroindustrial de Rio Preto da Eva no Estado do Amazonas;
- 5 -



Disponibilização de gás natural para ser utilizado como matriz energética no Distrito de Desenvolvimento Regional dos Municípios de Manacapuru e Iranduba; 6 - Implementação do zoneamento ecológico-econômico do Estado do Amazonas; 7 - Implantação do Complexo Naval, Mineral e de Logística do Estado do Amazonas (Polo Naval do Amazonas); 8 - Recuperação e manutenção das rodovias estaduais e ramais na BR-319 no Estado do Amazonas; 9 - Implementação de projeto para desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, com foco na de produção de pescado; 10 - Implementação de projeto para desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, com foco em fitoterápicos e fitocosméticos; 11 - Construção de corredor de integração territorial de referência na governança para o desenvolvimento sustentável na área de influência da BR-319 no Estado do Amazonas; 12 - Construção de aterros sanitários nos Municípios da região metropolitana de Manaus, com vistas à destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos em atendimento à legislação; 13 - Implementação de projeto para cadeia produtiva na pecuária de corte e de leite nos principais Municípios produtores do Estado do Amazonas; 14 - Implantação de central de recepção, armazenamento e comercialização do pescado, com o objetivo de zelar pela sanidade animal e de distribuir os produtos de forma a atender o Município de Manaus; 15 - Implantação de entreposto pesqueiro da pesca ornamental e implementação de projeto estruturante para o desenvolvimento de ações integradas para atender as necessidades que a atividade requer sem agressão ao meio ambiente; 16 - Instalação e operação da rede de monitoramento da qualidade de água na região metropolitana de Manaus; 17 - Promoção de estudo de definições de níveis de alerta hídrica no Estado do Amazonas; 18 - Implementação de projeto de arranjos produtivos locais de polpas, de extratos e de concentrados de frutas regionais; 19 - Promoção do desenvolvimento econômico e social da região do Alto Solimões por meio de projeto de arranjos produtivos locais de artesanato do Alto Solimões; 20 - Implementação de projeto de arranjos produtivos locais de madeira, móveis e artefatos do Baixo Amazonas e do Alto Solimões; 21 - Implementação de projeto de arranjos produtivos locais de fécula e farinha de mandioca; 22 - Implementação de projeto de arranjos produtivos locais de base mineral cerâmico-oleiro na região metropolitana de Manaus; 23 - Implementação de projeto de arranjos produtivos locais de turismo ecológico e rural; 24 - Elaboração e execução de projeto prioritário da cadeia de valor da madeira manejada por meio de planos de manejo florestal sustentável em pequena escala; 25 - Implementação de projeto de desenvolvimento da pesca ornamental no Estado do Amazonas; 26 - Implementação de projeto para cadeia produtiva de avicultura de corte e postura nos principais Municípios produtores do Estado do Amazonas; 27 - Implementação de programa de turismo em áreas protegidas; 28 - Fortalecimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Estado do Amazonas; 29 - Elaboração de projeto de fortalecimento da cadeia produtiva de fruticultura no Estado do Amazonas; 30 - Fortalecimento das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros; 31 - Tecnificação do sistema de produção de farinha de mandioca; 32 - Aprimoramento da cadeia da madeira manejada nos principais Municípios produtores do Estado do Amazonas; 33 - Implementação do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - ProManejo; 34 - Realização das obras de duplicação e pavimentação asfáltica



da AM-010 no Estado do Amazonas; 35 - Elaboração de projetos de melhorias e implantações de aeródromos na sede dos Municípios de Amaturá, Codajás, Jutaí, Uarini, Maraã, Nova Olinda do Norte e Pauini; 36 - Implementação de projeto de investimentos viários para mobilidade urbana do Município de Manaus; 37 - Elaboração de projeto de mobilidade urbana intermunicipal da região metropolitana de Manaus; 38 - Implantação do Centro Cultural Ajuricaba e do Centro de Cultura Popular do Amazonas e construção de novas unidades do Centro Cultural Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro em Municípios do Estado do Amazonas; 39 - Implementação do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça; e 40 - Execução de expedição cultural a fim de interiorizar as ações de políticas culturais nos Municípios do Estado do Amazonas.



3. ASPECTOS GEOPOLÍTICOS E ESTRATÉGICOS DA AMAZÔNIA ATUAL

Para análise geral da dimensão geopolítica e estratégica da Amazônia, destaquei seis tópicos: questões de fronteiras e conexões; questões ambientais; questões climáticas; biodiversidade; recursos minerais; recursos hídricos.

- ✓ **Fronteira e Conexões:** podemos estabelecer, inicialmente, a percepção da importância estratégica e geopolítica da Amazônia em relação direta com seus 11 mil km de fronteiras terrestres e 1,6 mil km de fronteira marítima. Além disso, a boa navegabilidade de sua bacia fluvial, conectada ao oceano Atlântico, permite que a Amazônia se articule comercialmente com os principais parceiros econômicos do país: China, Estados Unidos e União Europeia.
- ✓ **Questões Ambientais:** a importância estratégica da Amazônia também é ressaltada em termos ambientais, com ênfase em sua biodiversidade e importância climática advindas do fato de possuir cerca de um terço do total da área de florestas tropicais do mundo. No caso amazônico, a riqueza das florestas tropicais está na massa vegetal, não no solo, ou seja, o suprimento vital de alimento da floresta está armazenado em sua própria folhagem (retroalimentação) – as folhas das árvores caem e se decompõem rapidamente para que seus nutrientes possam ser reaproveitados no menor tempo possível pelos vegetais ao redor. Essa é também uma das causas da rarefação humana no ecossistema da floresta tropical: com solos férteis restritos aos solos de várzea, a Amazônia não atrai naturalmente grandes aglomerações humanas.
- ✓ **Questões Climáticas:** com relação à importância ambiental da Amazônia, deve-se citar o seu papel no controle do chamado efeito estufa, o aprisionamento de energia radiante que aumenta a temperatura global. As florestas tropicais são grandes fixadoras do carbono existente na atmosfera, contendo cerca de 350 milhões de toneladas de carbono, aproximadamente a metade do que há na atmosfera, ou seja, a floresta atua na regulação e manutenção da dinâmica climática global: tanto no controle de precipitação quanto no regime hidrológico.
- ✓ **Biodiversidade:** atualmente, a biodiversidade se constituiu no fator mais destacado da importância ambiental da Amazônia Internacional. Nela vivem e se reproduzem, aproximadamente, um terço das espécies existentes no planeta, mais de 30% de todas as sequências de DNA que a natureza combinou em nosso planeta – o estoque genético – fonte natural de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agronômicos.
- ✓ **Recursos minerais:** em termos de riqueza mineral e de madeira, a Amazônia apresenta boas estimativas. As jazidas minerais de metais nobres de vários tipos – bauxita, cassiterita, ferro, nióbio, ouro e urânio – da Amazônia acumulam muitos recursos financeiros. Além destes, já



foram detectadas as presenças de titânio, estanho, cobre, caulim, manganês, níquel e diamante, dentre outros.

- ✓ **Recursos hídricos:** forma a maior bacia de água doce, superficial e em estado líquido do planeta, responsável por, aproximadamente, 18% do desaguamento global dos rios. Além de disponibilizar água para consumo, a bacia Amazônica possui especial importância em termos de transporte, uma vez que compreende 23.000 km de rios navegáveis, bem como o gigantesco potencial de recursos pesqueiros, capaz de fornecer alimento para grande parte da população.

Tudo isso sem levar em conta o patrimônio material e o patrimônio imaterial das populações locais, tanto das comunidades tradicionais quanto das indígenas, que mostram a diversidade cultural que a Amazônia possui.



4. ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR



RESUMINDO

- ✓ Região Norte é a maior em extensão territorial do Brasil, porém é a menor em termos populacionais. Possui sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins;
- ✓ Abriga a maior Floresta Tropical, bem como a maior biodiversidade do planeta. Maior rio (Amazonas) e a maior bacia hidrográfica do mundo. Clima Equatorial.
- ✓ Amazonas: área territorial de 1.559.167,878 km² (2020), população estimada em 2021 de 4.269.995 habitantes; possui baixa densidade demográfica, correspondendo a 2,23 hab./km².
- ✓ Limites do estado do Amazonas: divisas com os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Roraima. Além disso, tem limites com outros países, como a Venezuela ao norte, a Colômbia a noroeste e o Peru a sudoeste.
- ✓ O nome "Amazonas" é de origem indígena, da palavra amassunu, que quer dizer "ruído de águas, água que retumba".
- ✓ Com relação às mesorregiões e microrregiões vigentes de 1989 até 2017, o estado contava com 4 mesorregiões e 13 microrregiões.
- ✓ Atual regionalização: composto por 62 municípios, que estão distribuídos em onze regiões geográficas imediatas, agrupadas em quatro regiões geográficas intermediárias.
- ✓ Diferentes regionalizações: Região Norte - é uma macrorregião administrativa do IBGE e os seus limites correspondem aos limites dos estados que a compõe. PanAmazônia (ou Amazônia Internacional) – abrange os países do Brasil, da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (território descontínuo da França). Amazônia Legal Brasileira abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão (porção a oeste).
- ✓ A Amazônia Legal é a região do domínio amazônico em território brasileiro e não coincide com os limites estaduais.



- ✓ Amazônia Ocidental são os Estados do AM, RR, AC e RO; e a Amazônia Oriental, o PA, AP, TO e MT.
- ✓ O sucesso das plantações de soja no Centro-Oeste abriu fronteiras agrícolas em direção à Região Norte, o que potencializa o desmatamento.
- ✓ O desenvolvimento e o povoamento da Região Norte foram predominantemente motivados pela intervenção estatal. Os principais projetos são: Sudam, Suframa, Polamazônia, PIN, Radam, Projeto Amazônia Sustentável, Programa Calha Norte, Projeto Sivam, e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2020-2023.
- ✓ O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2020-2023 é o mais recente, ele é um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional.
- ✓ Dimensões geopolíticas e estratégicas da Amazônia podem ser definidas a partir de seis tópicos: questões de fronteiras e conexões; questões ambientais; questões climáticas; biodiversidade; recursos minerais; recursos hídricos.



5. QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

QUESTIONÁRIO - SOMENTE PERGUNTAS

- 1) A Amazônia Legal abrange diversos estados brasileiros e possui um importante papel na geopolítica ambiental do país. Aponte as suas principais características.
- 2) A PanAmazônia é uma regionalização internacional com interesses na floresta em comum. Quais são as suas principais características?
- 3) Quais são os limites territoriais do estado do Amazonas?
- 4) O avanço da fronteira agrícola rumo à Região Norte tem intensificado o desmatamento na região. Aponte os principais fatores de desmatamento na região.
- 5) Dentro dos planos de desenvolvimento regional, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2020-2023 é o mais recente. Quais são os seus objetivos e as suas principais características?
- 6) De que maneira podemos definir as diretrizes estratégicas para a Amazônia?
- 7) Qual a importância geopolítica da Amazônia?
- 8) A importância estratégica da Amazônia também é ressaltada em termos ambientais. Aponte suas principais características que contribuem para a geopolítica da Amazônia.

QUESTIONÁRIO - PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 1) **A Amazônia Legal abrange diversos estados brasileiros e possui um importante papel na geopolítica ambiental do país. Aponte as suas principais características.**

A divisão político-econômica Amazônia Legal Brasileira abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e parte do Maranhão, estendendo-se por 5.032.925 milhões de km², o equivalente a 61% do território nacional. Sua população aumentou de 8,2 milhões em 1972 para 28,1 milhões de habitantes em 2020, o que representa 13% da população brasileira. A densidade demográfica na região é ainda baixa: 5,6 habitantes por km². Em relação aos estados, o Pará é o mais populoso, com 8,8 milhões de habitantes, seguido por Maranhão (5,9 milhões) e Amazonas (4,2 milhões). Por outro lado, o Amapá (862 mil) e Roraima (631 mil) são os estados menos populosos na região. O Produto Interno Bruto (PIB) Real da Amazônia Legal totalizou R\$ 613,3 bilhões em 2018, o que representa apenas 8,7% do PIB do Brasil. A Amazônia Legal possui 45% do território composto por Áreas Protegidas.



2) A PanAmazônia é uma regionalização internacional com interesses na floresta em comum. Quais são as suas principais características?

A PanAmazônia pode ser dividida em quatro regiões naturais: região do Caribe; região do interior; região do Pacífico e região do Atlântico. Ocupando uma superfície de 7,7 milhões de quilômetros quadrados, a PanAmazônia representa: a vigésima parte da superfície terrestre; 2/5 da América do Sul; 1/5 da disponibilidade mundial de água doce (líquida e superficial); 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, estendendo-se por três fusos horários. Em contraste, esta imensidão de terras, águas e florestas abriga apenas dois e meio milésimos da população mundial.

3) Quais são os limites territoriais do estado do Amazonas?

O estado do Amazonas limita-se ao norte com Roraima e Venezuela; a Leste com o Pará; a noroeste com a Colômbia; a sudeste com o Mato Grosso; ao sudoeste com o Peru e o Acre; e ao sul com Rondônia.

4) O avanço da fronteira agrícola rumo à Região Norte tem intensificado o desmatamento na região. Aponte os principais fatores de desmatamento na região.

O Ministério do Meio Ambiente estima que em torno de 75% da área desmatada seja ocupada pela criação de gado, que ocupa uma área muito maior do que a agricultura, pois os animais são criados de forma extensiva. De acordo com a Embrapa, as áreas com mais de 80% de desmatamento são justamente as que apresentam a maior concentração de rebanho. O desenvolvimento de espécies de sementes de soja, adaptáveis ao ambiente, também possibilitou o aumento das lavouras em área desmatada. O corte de árvores nobres, de grande valor comercial, atrai madeireiros. De acordo com a organização ambientalista Greenpeace, em torno de 80% da retirada de madeira é ilegal e realizada em terras públicas ou sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

5) Dentro dos planos de desenvolvimento regional, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2020-2023 é o mais recente. Quais são os seus objetivos e as suas principais características?

É um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional.

6) De que maneira podemos definir as diretrizes estratégicas para a Amazônia?

A promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável para a Amazônia perpassa pela redução das desigualdades intra e inter-regionais, cujos reflexos recaem na melhoria dos indicadores sociais e econômicos e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população.

7) Qual a importância geopolítica da Amazônia?

Devido ao avanço das questões ambientais mundiais, a Amazônia passou a ganhar destaque no cenário não só nacional, mas também internacional. Assim, podemos definir a análise da sua importância geopolítica a partir de alguns pontos, tais como: importância para a regulação do clima global; grande disponibilidade hídrica devido a maior bacia hidrográfica do planeta; grande estoque de biodiversidade, contribuindo para a pesquisa de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agrônômicos; grande disponibilidade mineral; grande



diversidade cultural; entre tantas outras questões que colocam a Amazônia em evidência nas estratégias globais.

8) A importância estratégica da Amazônia também é ressaltada em termos ambientais. Aponte suas principais características que contribuem para a geopolítica da Amazônia.

Podemos dar ênfase em sua biodiversidade e importância climática advindas do fato de possuir cerca de um terço do total da área de florestas tropicais do mundo. No caso amazônico, a riqueza das florestas tropicais está na massa vegetal, não no solo, ou seja, o suprimento vital de alimento da floresta está armazenado em sua própria folhagem (retroalimentação) – as folhas das árvores caem e se decompõem rapidamente para que seus nutrientes possam ser reaproveitados no menor tempo possível pelos vegetais ao redor. Além disso, a biodiversidade se constituiu no fator mais destacado da importância ambiental da Amazônia Internacional. Nela vivem e se reproduzem, aproximadamente, um terço das espécies existentes na Terra, mais de 30% de todas as sequências de DNA que a natureza combinou em nosso planeta – o estoque genético – fonte natural de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agrônômicos.



6. EXERCÍCIOS



QUESTÃO COMENTADA

1. (CESPE - ABIN / 2018)

Com referência à divisão inter-regional do trabalho e da produção no Brasil, julgue o item a seguir.

A Zona Franca de Manaus é uma concentração industrial que, apesar de distar dos grandes centros urbanos e consumidores do centro-sul do país, se articula a praticamente todo o território nacional, ilustrando o processo de privatização do território por meio do uso privado de recursos públicos.

Comentários

A construção da ZFM foi resultado do processo de desconcentração industrial, num contexto de ocupação de desenvolvimento da Região Norte. O projeto deu muito certo, tendo em vista a aceleração do processo de urbanização de Manaus e a integração da Região Norte com o setor produtivo do país. Além disso, com o fácil acesso através de hidrovias e com o facilitado acesso ao Oceano Atlântico, a região se articulou com os demais estados do Brasil e também com parceiros econômicos importantes do país, como a China, os Estados Unidos e a União Europeia.

Gabarito: Certo

2. (IBADE - PREF. MANAUS/AM – PROF. NÍVEL SUPERIOR - GEOGRAFIA / 2018)

A Zona Franca de Manaus possui significativa importância socioeconômica, tanto para Manaus e região como para o Brasil.

Entre os subsetores industriais a seguir, assinale o que, nos últimos cinco anos, possui a maior porcentagem de faturamento, segundo a Suframa.

- A) Madeireiro
- B) Eletroeletrônicos
- C) Brinquedos
- D) Termoplástico



Comentários

A Zona Franca de Manaus abriga um dos principais parques industriais do país. Cerca de 95% da produção do PIM é destinada a abastecer o mercado nacional, sendo os eletroeletrônicos a maioria dos produtos produzidos, tais como televisores, smartphones, condicionadores de ar, notebooks, barbeadores, etc. [A] Os produtos produzidos na ZFM estão relacionados com os eletroeletrônicos, tais como os descritos acima. [C] A produção de brinquedos é muito baixa, sendo registradas atualmente apenas três fábricas de brinquedos na PIM. [D] Há registro de apenas uma petroquímica atuando na Região Norte atualmente.

Gabarito: B

3. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)



Os limites desta área englobam os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão. Sua paisagem tem sofrido os efeitos do desmatamento em função do avanço da fronteira econômica.

Assinale a opção que identifica corretamente a classificação do espaço amazônico a que o texto se refere.

- A) Arco do Desmatamento.
- B) Amazônia Legal.
- C) Região Norte.
- D) Macrorregião Amazônica.
- E) Amazônia Internacional.

Comentários

A Amazônia Legal engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão, conforme destacado no mapa. [A] O arco do desmatamento está localizado nas bordas sul da Floresta Amazônica, e RR não se inclui. [C] O Maranhão é um estado nordestino e o Mato Grosso se encontra no Centro-Oeste.



[D] A macrorregião da Amazônia abrange praticamente todos os estados com cobertura vegetal amazônica e sua delimitação não é referente aos limites políticos estaduais.[E] Como se refere somente ao território Brasileiro, não é a Amazônia Internacional e, sim, a Legal.

Gabarito: B

4. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)

Analise o mapa a seguir.



A respeito dos objetivos da conquista político-religiosa do vale do Amazonas, no período colonial, pelos portugueses, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Controlar militarmente o acesso à bacia hidrográfica do Amazonas a partir de fortes, como o de Presépio, na futura cidade de Belém.
- () Impor o domínio sobre a região mediante expedições, como a de Pedro Teixeira, que partiu de Belém rumo a Quito e fundou o povoado de Franciscana.
- () Promover o estabelecimento de missões e aldeamentos de várias ordens religiosas para converter os gentios e incorporá-los à economia colonial.

Na sequência apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

- A) V – V – F.
- B) F – V – V.
- C) V – V – V.
- D) V – F – V.
- E) F – F – V.

Comentários

A ocupação da região amazônica ocorreu primeiramente com as missões jesuíticas, as expedições bandeirantes e a construção de fortes militares portugueses, entre eles o Forte do Presépio, o pioneiro na Amazônia, para proteger a foz em Belém. Entre as principais expedições, podemos citar a de Pedro Teixeira, que penetrou nos vales amazônicos e chegou até Quito. Ele mostrou a viabilidade de alcançar o mercado dos povoados espanhóis.

Gabarito: C

5. (Ufpa 2016 ADAPTADA)

Amazônia legal é composta por oito estados (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins) e parte do estado do Maranhão, os quais totalizam cerca de vinte milhões de habitantes com um perfil progressivamente urbano (60% da população da Amazônia Legal), caracterizado por um crescimento vegetativo de sua população e no qual as migrações são intrarregionais, fluindo de zonas rurais para as urbanas e rural-rural, sendo este último uma resposta à conversão de novas áreas para pastagem e grãos, como, por exemplo, Rondônia-Roraima e Rondônia-Amazonas.

FERREIRA, M. et SALATI. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados* 19 (54), 2005, p. 27. Adaptado.

De acordo com o texto, a referida área representa:

- A) território dinâmico sob o aspecto social e econômico.
- B) ambiente para exploração irrestrita dos recursos naturais.
- C) região com elevada suscetibilidade aos eventos extremos.
- D) conjunto de estados que optaram pelo desenvolvimento sustentável.
- E) espaço de fragmentação e isolamento territorial quanto às demandas mercado nacional.

Comentários

O texto apresenta informações demográficas, sociais e econômicas da Amazônia Legal, área de influência da Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). Os avanços da agropecuária, mineração, transportes e migrações estão entre os fatores de desmatamento do ecossistema amazônico.

Gabarito: A

6. (FGV – SEDUC/AM – PROFESSOR GEOGRAFIA / 2014)

“Na Amazônia Oriental, os assentamentos da reforma agrária, as áreas quilombolas e as reservas indígenas são territórios conquistados pelos movimentos sociais. Mas, enfrentam dificuldades de viabilização.”



(Adaptado de COELHO, Maria Célia N. Reflexões a propósito do futuro dos assentados e das populações quilombolas em áreas de mineração da Amazônia Oriental. SP: Annablume, 2006).

As opções a seguir apresentam razões para essas dificuldades, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) A baixa inserção destes territórios às dinâmicas de produção e consumo do desenvolvimento brasileiro contemporâneo.
- B) O arcaísmo e o atraso nocivos ao processo de modernização, típicos dos grupos socioeconômicos que ocupam esses territórios.
- C) O baixo padrão de produtividade dos territórios e a ausência de mercados estáveis para o consumo de seus produtos.
- D) O maior poder relativo, político e econômico dos agentes das empresas de mineração entre os grupos sociais presentes na região.
- E) As avaliações e soluções equivocadas em relação a esses territórios, por parte de instituições governamentais, tais como INCRA, FUNAI e Sudam.

Comentários

As alternativas [A] [C] [D] [E] apresentam as realidades vividas pelas populações da Amazônia Oriental: baixo poder de consumo e inserção com relação às demais regiões do país, bem como a dificuldade de entendimento sociocultural desses povos com relação às instituições governamentais na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento regional, entre tantas outras dificuldades. A alternativa [B] apresenta um erro: é justamente o atraso quanto à “modernidade” (ou o acesso a ela, melhor dizendo) que deveria nortear as políticas públicas agrárias para melhor equidade dos povos que ali vivem.

Gabarito: B

7. (CESPE - SEE-AL / 2013)

No que se refere à atividade industrial e à urbanização brasileira, julgue o item subsecutivo.

A implantação da Zona Franca de Manaus propiciou a desconcentração espacial do setor metalúrgico brasileiro.

Comentários

Mesmo com a implementação do importante polo industrial em Manaus, o processo não foi capaz de desconcentrar as indústrias da forma desejada pelos governos. Além disso, a ZFM tem a especialidade em eletroeletrônicos, não no setor metalúrgico. Esse, sim, ainda continua com sua maior concentração no Sudeste brasileiro.

Gabarito: Errado



8. (UFPA 2013 ADAPTADA)

É o uso do território, e não o território em si mesmo, o que faz dele o objeto da análise social [...] O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp. 2005, p. 138. Adaptado.

Os usos do território na Amazônia são marcados por conflitos que envolvem vários sujeitos e intenções com vistas a estabelecer seus interesses. Os conflitos ocorrem tanto no interior das políticas do governo federal para a região quanto nos setores econômicos; envolvem ainda as chamadas populações tradicionais que são afetadas pelas ações políticas e econômicas. Neste sentido, é correto afirmar:

A) No interior das ações políticas do governo federal para Amazônia, temos a proposta ambientalista do Programa de Aceleração do Crescimento, cujo vetor principal são as obras de infraestrutura energética e viária, como, por exemplo, a construção do complexo hidroelétrico de Belo Monte e o asfaltamento da BR 163.

B) As propostas desenvolvimentistas do governo federal para região, sintetizadas no Plano Amazônia Sustentável, conjunto de proposições estruturadas no desenvolvimento sustentável, na biodiversidade, na sociodiversidade e no respeito às populações tradicionais, que objetivam a construção da economia sustentável, encontram maiores dificuldades para serem executadas.

C) A região do Baixo Amazonas é marcada por acordos de convivência que envolvem empresas mineradoras, madeireiros, pecuaristas e populações tradicionais, sobretudo ribeirinhas e quilombolas, acerca dos usos dos recursos naturais: florestas, água, solo e subsolo.

D) Os acordos entre instituições estatais, empresários e populações tradicionais foram fundamentais para demarcação de parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de particular interesse ecológico, reservas extrativistas, florestas nacionais, terras indígenas. Permitiram, assim, que os conflitos por recursos naturais tenham praticamente sido eliminados da dinâmica regional da Amazônia.

E) A ação unificada e harmoniosa do Incra, Ibama e Sudam contém o desmatamento, protege as unidades de conservação, amplia o número de assentamentos e titulações de áreas quilombolas, bem como garante extensas áreas para as monoculturas e pecuária.

Comentários

As dificuldades para a execução do Plano Amazônia Sustentável decorrem dentre outros fatores da expansão da fronteira agrícola, processo fortemente vinculado ao impacto ambiental da área, e aos confrontos com a população nativa.[A] Belo Monte e a recuperação de rodovias não são propostas ambientalistas.[C] Não foram definidos acordos de convivência, existindo ainda fortes



conflitos pelo uso da terra.[D] Não houve a pacífica articulação dos setores e os conflitos por recursos não foram eliminados.[E] O desmatamento não tem sido contido na Amazônia.

Gabarito: B

9. (UEPA 2012 ADAPTADA)

Ao descortinar o século XXI, o desenvolvimento ocorrente na Amazônia se encontra desigual e restrito a determinados subespaços econômicos, muitas vezes limitado a um núcleo espacial no interior da própria esfera geográfica municipal e bastante heterogêneo em termos da produção regional, não mais apresentando a homogeneidade produtiva que predominava na região quando ocorreu a sua integração ao mercado nacional. A Amazônia de hoje, portanto, com suas contradições crescentes, reflete as políticas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo tempo o crescimento econômico e as desigualdades sociais.

(Castro, 2001, apud Lima, 2009, p.2. Artigo: “*Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI*”, In: *Nova econ.* vol.19 nº1, Belo Horizonte 2009.)

Utilizando como referência o texto é correto afirmar que:

- A) as estratégias nacionais de desenvolvimento para a Amazônia até a primeira metade do século XX pautaram-se em projetos intensivos em capital, porém centrado em um modelo de desenvolvimento desequilibrado voltado para atividades e setores produtivos atrelados ao mercado internacional.
- B) a homogeneização das atividades produtivas desenvolvidas na Amazônia no processo de integração nacional transformou a dinâmica produtiva local, até então centrada nas atividades extrativistas, substituindo-as pelas atividades industriais aos moldes da Zona Franca de Manaus.
- C) a implantação dos grandes projetos, carro chefe da política desenvolvimentista da Amazônia na segunda metade do século XX, justificou-se pela necessidade de diminuir as desigualdades sociais e implantação de uma política produtiva de valorização das atividades tradicionais da região.
- D) o desenvolvimento regional amazônico da segunda metade do século XX tinha como objetivo integrar esta região ao restante do país e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades inter-regionais. Contudo, ocorreu um aprofundamento das desigualdades intrarregionais.
- E) o extrativismo da madeira, que mantém estreita relação com a pecuária empresarial, tem diminuído à medida que vem se consolidando na região o uso de áreas já desflorestadas, tanto para a pecuária quanto para a produção de matéria-prima direcionada para a produção do biodiesel.

Comentários

A partir da segunda metade do século XX, o governo federal tomou iniciativas para estimular a integração da Amazônia ao restante do país. São exemplos a criação de organismos como a Sudam



(Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, e Suframa (Superintendência para o Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus), em 1967, que concederam incentivos fiscais para empresas se instalarem na região. Também foram implantadas rodovias, hidrelétricas e projetos de mineração como o Grande Carajás (PA). Como boa parte dos empreendimentos não eram sustentáveis, eles acabaram acentuando as desigualdades sociais internas na região e provocaram graves problemas ambientais.

Gabarito: D

10. (ISAE – PM/AM – SOLDADO / 2011)

“A Amazônia é mais falada do que conhecida, mais discutida do que vivida, mais mito do que realidade. (...) A principal razão para que tantos mitos resistam ao tempo deve-se ao baixo grau de escolarização e ao pouco acesso às informações da maior parte dos seus habitantes.”

(MEIRELLES FILHO, João. O livro de ouro da Amazônia. EDIOURO. Rio de Janeiro.2006).

A partir do texto, analise as afirmativas a seguir que derrubam os mitos em relação à Amazônia.

I. **Pulmão do mundo** – a Amazônia é um bioma em equilíbrio dinâmico; o que ele produz, praticamente consome.

II. **Vazio demográfico** – a Amazônia tem uma população, especialmente dispersa, com mais de 400 povos indígenas e milhões de habitantes locais, os caboclos.

III. **Celeiro do mundo** – A Amazônia tem solos de baixa fertilidade, incapazes de suportar empreendimentos agropecuários sem apresentar impactos ambientais.

Assinale a alternativa correta:

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

Questão muito interessante para podermos desmistificar conceitos enraizados a respeito da Amazônia. Já sabemos que ela não é o pulmão do mundo, isto foi um equívoco de edição de um jornal que trocou CO₂ por O₂ e pegou. Na realidade a floresta se autoalimenta, consome o que produz, praticamente. Vazio demográfico sugere ausência de população, o que não é verdade quando se fala na Amazônia: além dos centros populacionais próximos às capitais, existem povos culturalmente vivendo em diferentes regiões da floresta, o que incorpora um rico patrimônio sociocultural para o país. Por fim, celeiro do mundo: devido à alta precipitação, o solo é bastante lixiviado, com baixa fertilidade. O que alimenta a floresta é a própria floresta,



com os restos de folhas, galhos, troncos e animais mortos, que produzem os nutrientes necessários para manter a floresta em pé.

Gabarito: D

11. (FCC/TCE-RO/2010 – PROCURADOR)

Em 1750, redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava a maior parte da Bacia do Prata. Neste Tratado, o princípio do usucapião (*uti possidetis*), que quer dizer que a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.

(<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/index.html>)

Trata-se do Tratado de

- a) Santo Ildefonso.
- b) Badajós.
- c) Madri.
- d) Utrecht.
- e) Lisboa.

Comentários

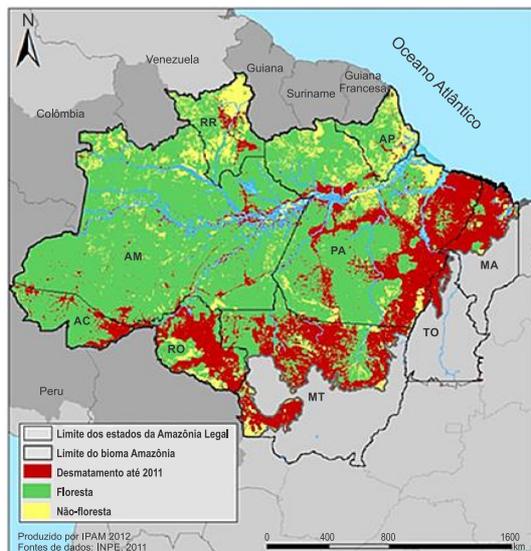
O Tratado de Tordesilhas deixou de vigorar com o Tratado de Madri, assinado em 1750, que estabeleceu novos limites de divisão territorial para as colônias da América do Sul. Por meio dele, a Coroa portuguesa teve a posse definitiva da região, definindo também o princípio que nortearia todas as questões de limites surgidas posteriormente: o *uti possidetis*, segundo o qual a terra pertencia ao país de origem dos homens que nela morassem. Os demais tratados [A] [B] [D] [E] tiveram diferentes repercussões e objetivos, mesmo que sejam territoriais. Atenção com o termo *uti possidetis*, pois é uma característica que define o Tratado de Madri.

Gabarito: C

12. (ADAPTADA)

Texto 1





Texto 2

O desmatamento na Amazônia Legal brasileira não é distribuído homogeneamente, mas sim concentrado ao longo do denominado “arco do desmatamento”, cujos limites se estendem do noroeste do estado do Maranhão ao norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre.

Fonte: Adaptado de Ferreira *et al.* *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005.

O processo socioeconômico atual responsável pela ocorrência do problema ambiental retratado nos textos é:

- A) a demarcação de terras indígenas.
- B) o investimento na política industrial.
- C) a expansão de atividades agropastoris.
- D) o crescimento da prática do ecoturismo.

Comentários

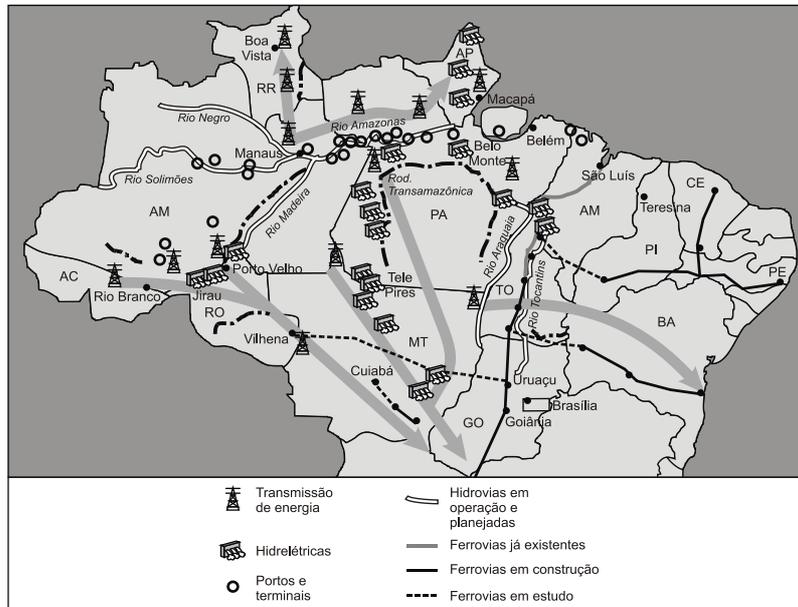
A expansão da “fronteira agrícola” é o principal fator de desmatamento na Amazônia nos últimos anos, principalmente o avanço da pecuária bovina e da agricultura (comercial, como a soja e de subsistência). Outros fatores de degradação são: exploração ilegal de madeira, mineração e implantação de novas hidrelétricas, como Belo Monte (rio Xingu, Pará).

Gabarito: C

13. (ADAPTADA)

Analise a figura a seguir e leia os textos que a acompanham.





WIZIACK, J.; BRITO, A. Amazônia vira motor do desenvolvimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011, p. A1. Ilustração esquemática, sem escala. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/br/ps/>>. Acesso em: 26 jan. 2012. [Adaptado].

“O governo federal e o setor privado inauguraram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia Legal, onde vivem 24,4 milhões de pessoas e que representa só 8% do PIB brasileiro”.

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 16 out. 2011, p. B1.

[...] “Assim, ao invés de reproduzir, como nas antigas áreas de incorporação agrícola, estruturas produtivas preexistentes, a expansão recente da fronteira agropecuária na Amazônia constitui, antes de mais nada, uma fronteira tecnológica na qual a inovação científica é o elemento central de explicação do novo perfil produtivo do agrorregional”.

Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapasdoc3.shtm>. Acesso em: 8 mar. 2011.

Considerando-se a figura e os textos apresentados e a grande diversidade natural, social, econômica, tecnológica e cultural da Amazônia Legal, evidencia-se uma região em crescente processo de diferenciação. Esse processo contraria a imagem difundida pelo mundo de um espaço homogêneo, caracterizado pela presença de uma cobertura vegetal, que a identifica tanto interna quanto externamente. Desse modo, o novo modelo de desenvolvimento e de ocupação da Amazônia Legal, atualmente, baseia-se:

- na articulação dos setores de produção de energia elétrica, transporte, mineração e agronegócio.
- no desenvolvimento de estratégias de preservação e controle da exploração dos recursos naturais.
- na estratégia geopolítica baseada no binômio desenvolvimento e segurança.



- D) na ocupação militar explicitada pelo projeto Calha Norte.
- E) nas estratégias que visam ao aprofundamento da internacionalização da Amazônia.

Comentários

Como mencionado corretamente na alternativa [A] e evidenciado no mapa e nos textos, os investimentos governamentais na Amazônia priorizam a infraestrutura energética e de transportes, integrando-a ao espaço econômico nacional. Estão incorretas as alternativas: [B], [C], [D] e [E], porque nos textos ou no mapa não há menção, respectivamente, à questão da preservação ambiental; da segurança em nível nacional; do Projeto Calha Norte (programa de defesa de fronteira da Amazônia brasileira); ou da internacionalização, haja vista que os projetos são desenvolvidos pelo governo brasileiro junto à iniciativa privada.

Gabarito: A

14. (ADAPTADA)

O sistema de alerta baseado em satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou 498 km² de desmatamentos na Amazônia Legal por corte raso ou degradação progressiva, em agosto de 2009. Desse total, 301 km² foram registrados no Pará.

A cada quinzena, os dados são enviados ao IBAMA, responsável pela fiscalização das áreas. O sistema indica tanto áreas de corte raso – quando os satélites detectam a completa retirada da floresta nativa – quanto áreas classificadas como degradação progressiva, que revelam o processo de desmatamento na região.

Adaptado de: www.inpe.br.

O texto faz referência a uma região em que predomina o clima:

- A) tropical úmido.
- B) tropical semiárido.
- C) tropical semiúmido.
- D) subtropical úmido.
- E) equatorial.

Comentários

O texto faz referência à Amazônia, áreas cobertas com floresta nativa e sujeitas a altos índices de desmatamento. Trata-se de uma região com clima equatorial com pequena amplitude térmica, sempre quente com alta pluviosidade e chuvas regulares o ano todo.[A] O clima tropical úmido aparece no Sudeste e no litoral do Nordeste, áreas muito alteradas.[B] O clima tropical semiárido é típico do sertão nordestino.[C] O clima tropical semiúmido é típico do Centro-Oeste.[D] O clima subtropical úmido é típico do litoral e áreas baixas da região Sul.



Gabarito: E

15. (ADAPTADA)

O projeto foi concebido no âmbito da geopolítica brasileira, com o objetivo de implementar uma política especial do Estado para proteger as fronteiras setentrionais do país. Visa combater o contrabando de metais preciosos, conter conflitos entre garimpeiros (muitos deles com países vizinhos como a Venezuela), entre fazendeiros e indígenas e dar apoio às comunidades locais e tribos indígenas, como os lanomamis.

Trata-se do:

- A) Projeto Radam.
- B) Projeto Sivam.
- C) Projeto Trombetas.
- D) Projeto Calha Norte.
- E) Projeto Carajás.

Comentários

O Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. É um amplo projeto de defesa do Governo Federal, que envolve as forças armadas, estados, municípios e sociedade civil. Ele controla a incorporação econômica da fronteira noroeste e a ocupação.

Gabarito: D





1. (CESPE - ABIN / 2018)

Com referência à divisão inter-regional do trabalho e da produção no Brasil, julgue o item a seguir.

A Zona Franca de Manaus é uma concentração industrial que, apesar de distar dos grandes centros urbanos e consumidores do centro-sul do país, se articula a praticamente todo o território nacional, ilustrando o processo de privatização do território por meio do uso privado de recursos públicos.

2. (IBADE - PREF. MANAUS/AM – PROF. NÍVEL SUPERIOR - GEOGRAFIA / 2018)

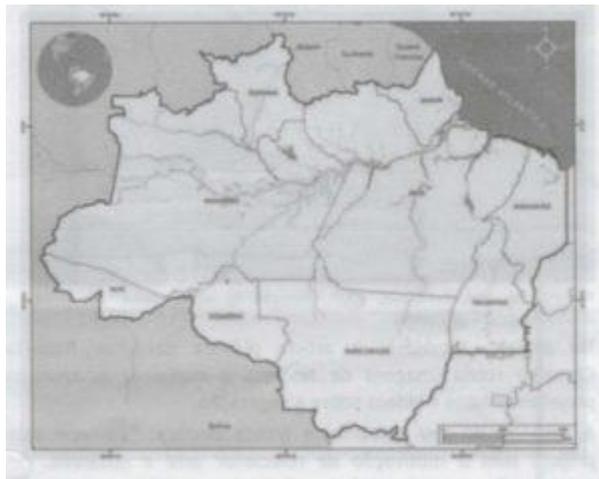
A Zona Franca de Manaus possui significativa importância socioeconômica, tanto para Manaus e região como para o Brasil.

Entre os subsetores industriais a seguir, assinale o que, nos últimos cinco anos, possui a maior porcentagem de faturamento, segundo a Suframa.

- A) Madeireiro
- B) Eletroeletrônicos
- C) Brinquedos
- D) Termoplástico



3. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)



Os limites desta área englobam os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão. Sua paisagem tem sofrido os efeitos do desmatamento em função do avanço da fronteira econômica.

Assinale a opção que identifica corretamente a classificação do espaço amazônico a que o texto se refere.

- A) Arco do Desmatamento.
- B) Amazônia Legal.
- C) Região Norte.
- D) Macrorregião Amazônica.
- E) Amazônia Internacional.

4. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)

Analise o mapa a seguir.





A respeito dos objetivos da conquista político-religiosa do vale do Amazonas, no período colonial, pelos portugueses, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Controlar militarmente o acesso à bacia hidrográfica do Amazonas a partir de fortes, como o de Presépio, na futura cidade de Belém.
- () Impor o domínio sobre a região mediante expedições, como a de Pedro Teixeira, que partiu de Belém rumo a Quito e fundou o povoado de Franciscana.
- () Promover o estabelecimento de missões e aldeamentos de várias ordens religiosas para converter os gentios e incorporá-los à economia colonial.

Na sequência apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

- A) V – V – F.
- B) F – V – V.
- C) V – V – V.
- D) V – F – V.
- E) F – F – V.

5. (Ufpa 2016 ADAPTADA)

Amazônia legal é composta por oito estados (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins) e parte do estado do Maranhão, os quais totalizam cerca de vinte milhões de habitantes com um perfil progressivamente urbano (60% da população da Amazônia Legal), caracterizado por um crescimento vegetativo de sua população e no qual as migrações são intrarregionais, flutuando de zonas rurais para as urbanas e rural-rural, sendo este último uma resposta à conversão de novas áreas para pastagem e grãos, como, por exemplo, Rondônia-Roraima e Rondônia-Amazonas.



FERREIRA, M. et SALATI. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados* 19 (54), 2005, p. 27. Adaptado.

De acordo com o texto, a referida área representa:

- A) território dinâmico sob o aspecto social e econômico.
- B) ambiente para exploração irrestrita dos recursos naturais.
- C) região com elevada suscetibilidade aos eventos extremos.
- D) conjunto de estados que optaram pelo desenvolvimento sustentável.
- E) espaço de fragmentação e isolamento territorial quanto às demandas mercado nacional.

6. (FGV – SEDUC/AM – PROFESSOR GEOGRAFIA / 2014)

“Na Amazônia Oriental, os assentamentos da reforma agrária, as áreas quilombolas e as reservas indígenas são territórios conquistados pelos movimentos sociais. Mas, enfrentam dificuldades de viabilização.”

(Adaptado de COELHO, Maria Célia N. Reflexões a propósito do futuro dos assentados e das populações quilombolas em áreas de mineração da Amazônia Oriental. SP: Annablume, 2006).

As opções a seguir apresentam razões para essas dificuldades, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) A baixa inserção destes territórios às dinâmicas de produção e consumo do desenvolvimento brasileiro contemporâneo.
- B) O arcaísmo e o atraso nocivos ao processo de modernização, típicos dos grupos socioeconômicos que ocupam esses territórios.
- C) O baixo padrão de produtividade dos territórios e a ausência de mercados estáveis para o consumo de seus produtos.
- D) O maior poder relativo, político e econômico dos agentes das empresas de mineração entre os grupos sociais presentes na região.
- E) As avaliações e soluções equivocadas em relação a esses territórios, por parte de instituições governamentais, tais como INCRA, FUNAI e Sudam.

7. (CESPE - SEE-AL / 2013)

No que se refere à atividade industrial e à urbanização brasileira, julgue o item subsecutivo.

A implantação da Zona Franca de Manaus propiciou a desconcentração espacial do setor metalúrgico brasileiro.



8. (UFPA 2013 ADAPTADA)

É o uso do território, e não o território em si mesmo, o que faz dele o objeto da análise social [...] O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp. 2005, p. 138. Adaptado.

Os usos do território na Amazônia são marcados por conflitos que envolvem vários sujeitos e intenções com vistas a estabelecer seus interesses. Os conflitos ocorrem tanto no interior das políticas do governo federal para a região quanto nos setores econômicos; envolvem ainda as chamadas populações tradicionais que são afetadas pelas ações políticas e econômicas. Neste sentido, é correto afirmar:

A) No interior das ações políticas do governo federal para Amazônia, temos a proposta ambientalista do Programa de Aceleração do Crescimento, cujo vetor principal são as obras de infraestrutura energética e viária, como, por exemplo, a construção do complexo hidroelétrico de Belo Monte e o asfaltamento da BR 163.

B) As propostas desenvolvimentistas do governo federal para região, sintetizadas no Plano Amazônia Sustentável, conjunto de proposições estruturadas no desenvolvimento sustentável, na biodiversidade, na sociodiversidade e no respeito às populações tradicionais, que objetivam a construção da economia sustentável, encontram maiores dificuldades para serem executadas.

C) A região do Baixo Amazonas é marcada por acordos de convivência que envolvem empresas mineradoras, madeireiros, pecuaristas e populações tradicionais, sobretudo ribeirinhas e quilombolas, acerca dos usos dos recursos naturais: florestas, água, solo e subsolo.

D) Os acordos entre instituições estatais, empresários e populações tradicionais foram fundamentais para demarcação de parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de particular interesse ecológico, reservas extrativistas, florestas nacionais, terras indígenas. Permitiram, assim, que os conflitos por recursos naturais tenham praticamente sido eliminados da dinâmica regional da Amazônia.

E) A ação unificada e harmoniosa do Incra, Ibama e Sudam contém o desmatamento, protege as unidades de conservação, amplia o número de assentamentos e titulações de áreas quilombolas, bem como garante extensas áreas para as monoculturas e pecuária.

9. (UEPA 2012 ADAPTADA)

Ao descortinar o século XXI, o desenvolvimento ocorrente na Amazônia se encontra desigual e restrito a determinados subespaços econômicos, muitas vezes limitado a um núcleo



espacial no interior da própria esfera geográfica municipal e bastante heterogêneo em termos da produção regional, não mais apresentando a homogeneidade produtiva que predominava na região quando ocorreu a sua integração ao mercado nacional. A Amazônia de hoje, portanto, com suas contradições crescentes, reflete as políticas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo tempo o crescimento econômico e as desigualdades sociais.

(Castro, 2001, apud Lima, 2009, p.2. Artigo: “*Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI*”, In: *Nova econ.* vol.19 nº1, Belo Horizonte 2009.)

Utilizando como referência o texto é correto afirmar que:

A) as estratégias nacionais de desenvolvimento para a Amazônia até a primeira metade do século XX pautaram-se em projetos intensivos em capital, porém centrado em um modelo de desenvolvimento desequilibrado voltado para atividades e setores produtivos atrelados ao mercado internacional.

B) a homogeneização das atividades produtivas desenvolvidas na Amazônia no processo de integração nacional transformou a dinâmica produtiva local, até então centrada nas atividades extrativistas, substituindo-as pelas atividades industriais aos moldes da Zona Franca de Manaus.

C) a implantação dos grandes projetos, carro chefe da política desenvolvimentista da Amazônia na segunda metade do século XX, justificou-se pela necessidade de diminuir as desigualdades sociais e implantação de uma política produtiva de valorização das atividades tradicionais da região.

D) o desenvolvimento regional amazônico da segunda metade do século XX tinha como objetivo integrar esta região ao restante do país e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades inter-regionais. Contudo, ocorreu um aprofundamento das desigualdades intrarregionais.

E) o extrativismo da madeira, que mantém estreita relação com a pecuária empresarial, tem diminuído à medida que vem se consolidando na região o uso de áreas já desflorestadas, tanto para a pecuária quanto para a produção de matéria-prima direcionada para a produção do biodiesel.

10. (ISAE – PM/AM – SOLDADO / 2011)

“A Amazônia é mais falada do que conhecida, mais discutida do que vivida, mais mito do que realidade. (...) A principal razão para que tantos mitos resistam ao tempo deve-se ao baixo grau de escolarização e ao pouco acesso às informações da maior parte dos seus habitantes.”

(MEIRELLES FILHO, João. O livro de ouro da Amazônia. EDIOURO. Rio de Janeiro.2006).

A partir do texto, analise as afirmativas a seguir que derrubam os mitos em relação à Amazônia.



I. **Pulmão do mundo** – a Amazônia é um bioma em equilíbrio dinâmico; o que ele produz, praticamente consome.

II. **Vazio demográfico** – a Amazônia tem uma população, espacialmente dispersa, com mais de 400 povos indígenas e milhões de habitantes locais, os caboclos.

III. **Celeiro do mundo** – A Amazônia tem solos de baixa fertilidade, incapazes de suportar empreendimentos agropecuários sem apresentar impactos ambientais.

Assinale a alternativa correta:

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.

11. (FCC/TCE-RO/2010 – PROCURADOR)

Em 1750, redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava a maior parte da Bacia do Prata. Neste Tratado, o princípio do usucapião (*uti possidetis*), que quer dizer que a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.

(<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/index.html>)

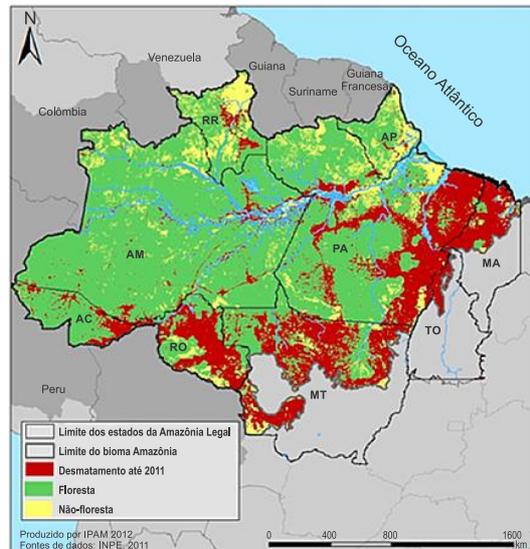
Trata-se do Tratado de

- a) Santo Ildefonso.
- b) Badajós.
- c) Madri.
- d) Utrecht.
- e) Lisboa.

12. (ADAPTADA)

Texto 1





Texto 2

O desmatamento na Amazônia Legal brasileira não é distribuído homogeneamente, mas sim concentrado ao longo do denominado “arco do desmatamento”, cujos limites se estendem do noroeste do estado do Maranhão ao norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre.

Fonte: Adaptado de Ferreira *et al.* *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005.

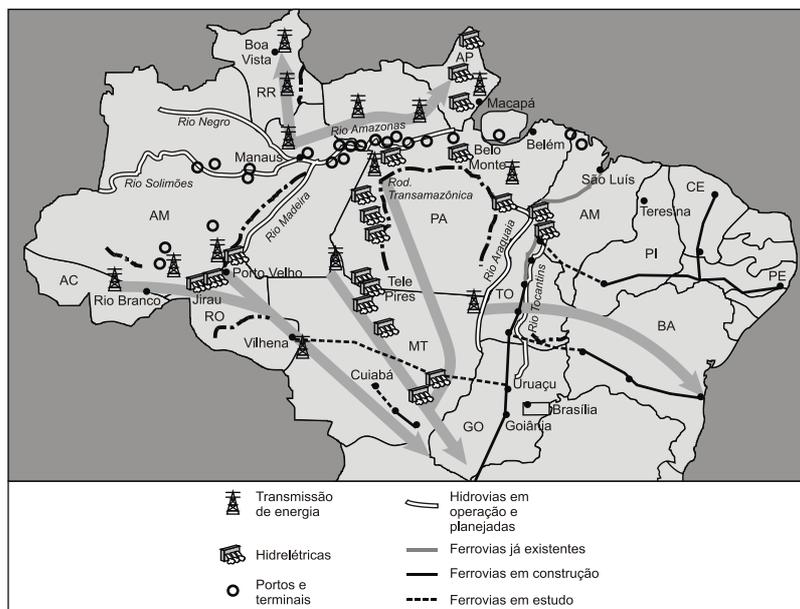
O processo socioeconômico atual responsável pela ocorrência do problema ambiental retratado nos textos é:

- A) a demarcação de terras indígenas.
- B) o investimento na política industrial.
- C) a expansão de atividades agropastoris.
- D) o crescimento da prática do ecoturismo.

13. (ADAPTADA)

Analise a figura a seguir e leia os textos que a acompanham.





WIZIACK, J.; BRITO, A. Amazônia vira motor do desenvolvimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011, p. A1. Ilustração esquemática, sem escala. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/br/ps/>>. Acesso em: 26 jan. 2012. [Adaptado].

“O governo federal e o setor privado inauguraram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia Legal, onde vivem 24,4 milhões de pessoas e que representa só 8% do PIB brasileiro”.

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 16 out. 2011, p. B1.

[...] “Assim, ao invés de reproduzir, como nas antigas áreas de incorporação agrícola, estruturas produtivas preexistentes, a expansão recente da fronteira agropecuária na Amazônia constitui, antes de mais nada, uma fronteira tecnológica na qual a inovação científica é o elemento central de explicação do novo perfil produtivo do agrorregional”.

Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapasdoc3.shtm>. Acesso em: 8 mar. 2011.

Considerando-se a figura e os textos apresentados e a grande diversidade natural, social, econômica, tecnológica e cultural da Amazônia Legal, evidencia-se uma região em crescente processo de diferenciação. Esse processo contraria a imagem difundida pelo mundo de um espaço homogêneo, caracterizado pela presença de uma cobertura vegetal, que a identifica tanto interna quanto externamente. Desse modo, o novo modelo de desenvolvimento e de ocupação da Amazônia Legal, atualmente, baseia-se:

- na articulação dos setores de produção de energia elétrica, transporte, mineração e agronegócio.
- no desenvolvimento de estratégias de preservação e controle da exploração dos recursos naturais.
- na estratégia geopolítica baseada no binômio desenvolvimento e segurança.



- D) na ocupação militar explicitada pelo projeto Calha Norte.
- E) nas estratégias que visam ao aprofundamento da internacionalização da Amazônia.

14. (ADAPTADA)

O sistema de alerta baseado em satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou 498 km² de desmatamentos na Amazônia Legal por corte raso ou degradação progressiva, em agosto de 2009. Desse total, 301 km² foram registrados no Pará.

A cada quinzena, os dados são enviados ao IBAMA, responsável pela fiscalização das áreas. O sistema indica tanto áreas de corte raso – quando os satélites detectam a completa retirada da floresta nativa – quanto áreas classificadas como degradação progressiva, que revelam o processo de desmatamento na região.

Adaptado de: www.inpe.br.

O texto faz referência a uma região em que predomina o clima:

- A) tropical úmido.
- B) tropical semiárido.
- C) tropical semiúmido.
- D) subtropical úmido.
- E) equatorial.

15. (ADAPTADA)

O projeto foi concebido no âmbito da geopolítica brasileira, com o objetivo de implementar uma política especial do Estado para proteger as fronteiras setentrionais do país. Visa combater o contrabando de metais preciosos, conter conflitos entre garimpeiros (muitos deles com países vizinhos como a Venezuela), entre fazendeiros e indígenas e dar apoio às comunidades locais e tribos indígenas, como os Ianomamis.

Trata-se do:

- A) Projeto Radam.
- B) Projeto Sivam.
- C) Projeto Trombetas.
- D) Projeto Calha Norte.
- E) Projeto Carajás.





1. Alternativa C
2. Alternativa B
3. Alternativa B
4. Alternativa C
5. Alternativa A

6. Alternativa B
7. Alternativa E
8. Alternativa B
9. Alternativa D
10. Alternativa D

11. Alternativa C
12. Alternativa C
13. Alternativa A
14. Alternativa E
15. Alternativa D



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e consultá-las sempre. Não se esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar nunca mais se contentará em rastejar”. Encontro você na nossa próxima aula.



Entre em contato por meio do fórum de dúvidas, ou pelo Instagram @professorsergiohenrique.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso!!!



Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.